

ASSESSORIA JURÍDICA A EMPRESAS

Crise é risco para investimento até voltar estabilidade

cofina#comunicacao@m

A “previsibilidade e segurança” que os investidores apreciam pode não ser percebida com a atual crise e “resfriar” algumas apostas de investimento, dizem alguns assessores jurídicos.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

Num contexto de crise política e quando o país se prepara para apenas ter Orçamento do Estado de 2022 a meio do ano, há ou não o risco de assistirmos a um travão no investimento, seja ele nacional ou estrangeiro? A “previsibilidade e segurança” que os investidores apreciam pode estar comprometida e a aposta no país poderá “resfriar”, admitem alguns assessores jurídicos de empresas ouvidos pelo Negócios.

“Não obstante esta fase estar a ser bem gerida, criando uma perceção de normalidade, a verdade é que os investidores, nacionais e sobretudo os estrangeiros que conhecem pior as nossas idiossincrasias, gostam de previsibilidade e segurança”, enfatiza António Pedro Braga, advogado e sócio da Moraes Leitão. Nessa medida, sublinha, “é inevitável sentir-se um ligeiro abrandamento, um resfriar de novos investimentos, até a situação política voltar a estar mais nítida”.

Já Luís Borges Rodrigues, sócio da firma de advocacia Miranda, entende que a atual conjuntura de crise política e de eleições antecipadas não representa, por si só, uma situação anómala. A esse nível, aponta exemplos recentes de outros países europeus, a situação em que Portugal está “não deveria implicar um grande travão nos investimentos já planeados uma vez que os mecanismos do Estado continuarão a funcionar”.

No entanto, “a previsível instabilidade e incerteza advenientes dos resultados eleitorais, alia-



Mário Cruz/Lusa

crise política devido ao chumbo do orçamento do Estado arrisca causar alguma instabilidade, a que os investidores são avessos.

da ao péssimo timing da crise política – em pleno início de execução dos fundos de recuperação da União Europeia –, irá muito provavelmente causar atrasos, indefinições e até mesmo bloqueios que vão afetar os

novos investimentos e a recuperação económica”, entende Borges Rodrigues.

Para o líder da sociedade Antas da Cunha Ecija, Fernando Antas da Cunha, um “clima de instabilidade provoca sempre uma certa incerteza e ansiedade no ecossistema de investimentos”. Segundo adianta, “para os investidores, a estabilidade e previsibilidade são dos fatores mais determinantes no momento de tomada de decisão”. Ainda assim, o advogado entende ser “mais ou menos claro que nada de relevante vai suceder” com esta crise política, razão pela qual diz acreditar que “os impactos serão residuais”.

Os investidores, nacionais e sobretudo os estrangeiros, gostam de previsibilidade e segurança.

Problemas são outros

José Maria Corrêa de Sampaio põe em evidência o facto de a estabilidade ser “um aspeto que os investidores consideram e valorizam no momento de investir”. Ainda assim, este sócio da Abreu Advogados entende que “há algumas nuances que levam a pensar que a atual conjuntura não afastará o ambiente propício ao investimento no país, seja porque um processo legislativo antecipado é preferível a instabilidade governativa, seja porque as eleições legislativas estão agendadas para breve e abrem a possibilidade a uma nova solução governativa”.

No seu entendimento, é desejável que do próximo ato elei-

Imobiliário, energia e turismo destacam-se, com PRR a abrir portas

cofina#comunicacao@cm

cofina#comunicacao@cm

toral "resulte um governo estável para os próximos anos, pela via de maioria absoluta ou novas coligações, o que acontecendo, como se espera, será certamente percebido pelos investidores como um aspeto positivo".

A desvalorização do contexto político é também evidenciada pela advogada Ana Luísa Guimarães. Na opinião da sócia da Sérvulo, "a fonte do risco de um desinteresse potencial no investimento está antes em circunstâncias mais estruturais e por isso é mais grave, mais preocupante e exige ações sérias imediatas". Em causa está, tal como adianta, o peso da máquina administrativa portuguesa nos procedimentos de licenciamento dos projetos.

"Este é o grande desafio do país já. Na minha opinião, este é verdadeiramente o maior problema. Sem investimento privado não haverá transição energética nem cumprimento de metas; mas para isso tem de haver simplificação, canais abertos de comunicação que realmente funcionem. A palavra é desbloquear para acelerar", sentenciou Ana Luísa Guimarães. ■

Imobiliário, energia e turismo destacam-se entre os setores mais atrativos para os investidores, avançam ao Negócios vários advogados que asseguram assessoria jurídica a empresas. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) promete dar uma ajuda, mas noutros setores como a tecnologia, saúde ou transportes.

"Sem dúvida de que o setor imobiliário continua particularmente ativo. Sentimos uma enorme procura por novos projetos em Portugal. Cada vez mais, os investidores põem Portugal no mapa. Também temos sentido uma procura crescente no mercado das tecnológicas. Temos re-

gistado um aumento de operações de M&A nestas áreas", explica Fernando Antas da Cunha, managing partner da Antas da Cunha Ecija.

Amesma realidade é avançada por Luís Borges Rodrigues, sócio da Miranda, referindo a grande atividade no campo das start-ups e das tecnológicas, mas com as áreas mais tradicionais em destaque. "O setor do imobiliário continua a demonstrar enorme resiliência mantendo uma forte atividade", frisa este advogado.

Já Ana Luísa Guimarães, sócia da Sérvulo, destaca as energias renováveis, área que, diz,

"acaba por magnetizar muitos outros setores económicos, quase todos, porque todos carecem de fontes de energia para funcionar", seja a indústria, a agricultura, os transportes, "está tudo a girar em cadeia".

O sócio da Moraes Leitão Bruno Santiago evidencia que "desde as fintech à indústria, passando pelo imobiliário, o lazer e o turismo", o tecido empresarial português, maioritariamente constituído por pequenas e médias empresas, continua a "investir à medida das suas capacidades e a procurar robustecer a sua posição no mercado cada vez mais agressivo e competitivo".

Neste âmbito, o mesmo advogado destaca o chamado PRR, que pode ter um efeito benigno enquanto promotor de "um novo surto de investimento".

Para José Maria Corrêa de Sampaio, sócio da Abreu Advogados, "os setores do imobiliário e da energia continuam a ser os mais atrativos para o investimento estrangeiro". Além disso, adianta, é expectável "um significativo crescimento no setor da tecnologia, saúde, transportes e infraestruturas, a par da construção e da energia, nos próximos tempos", como consequência dos "investimentos elegíveis no âmbito do PRR". ■



É inevitável sentir-se um abrandamento, um esfriar de novos investimentos, até a situação política voltar a estar mais nítida.



A previsível incerteza dos resultados eleitorais [...] irá provavelmente causar atrasos [...] e afetar os novos investimentos.



Um clima de instabilidade provoca sempre uma certa incerteza e ansiedade no ecossistema de investimentos.



Mais grave e mais preocupante [...] é o peso da máquina administrativa nos procedimentos de licenciamento dos projetos.

Investidores precisam de canais de comunicação abertos, no Estado, que realmente funcionem.



ANTÓNIO PEDRO BRAGA
Advogado,
sócio da Moraes Leitão



LUÍS BORGES RODRIGUES
Advogado,
sócio da Miranda



FERNANDO A. DA CUNHA
Advogado e managing partner
da Antas da Cunha Ecija



ANA LUÍSA GUIMARÃES
Advogada,
sócia da Sérvulo